

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SESSÃO ORDINÁRIA DE

27 DE ABRIL DE 2016

ACTA Nº 02/2016



Município de Macedo de Cavaleiros

Assembleia Municipal

ATA N.º 2/2016

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DE VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSEIS, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS.** -----

----- **PRESIDENTE – ANTÓNIO DOS SANTOS PIRES AFONSO** -----

----- **PRIMEIRO SECRETÁRIO – JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA** -----

----- **SEGUNDO SECRETÁRIO – CLEMENTINA AUGUSTA MARÇAL GEMELGO** -----

----- Eram vinte e uma horas, quando o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: Luís Manuel de Oliveira Miranda Pereira, António Nuno Batista Mendes de Moraes, Helena Isabel Pires Seabra, Joana Rita Anes Tiago Sarmento e Maria José Alves de Lima, Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues, Halestino Ernesto Gomes Pimentel e Luís Manuel Dias Gonçalves, que foram substituídos, respetivamente, pelos senhores: Jacinta Lúcia Catarino Lopes, Ana Rita Simão Rodrigues, Carla Margarida da Costa Palhau, João Manuel Gradíssimo Rocha, Fernando Humberto Gomes, António Joaquim de Araújo Oliveira, Carlos Alberto Souto Pedro e Jorge Elias Venceslau Artilheiro.-----

----- Em face da impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, pediu substituição o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moraes que se fez substituir pelo Secretário da Junta, Ramiro Borges Valadar.-----

----- Verificada a lista de presenças, dela constavam sessenta Deputados Municipais: António dos Santos Pires Afonso, Celina da Conceição de Sá Martins, José António da Silva Madalena, Clementina Augusta Marçal Gemelgo, Paulo Duarte da Silva Dias, Maria Adelaide Alves Gonçalves Baptista, Luís Adelino Batista, Maria Helena Lopes Gonçalves, João Manuel Alves Borges, Manuel António Machado Carvalho, Alberto Manuel Pinela Salgado, Isabel Maria Vaz Mesquita da Costa, Ana Rita Simão Rodrigues, Pedro Fernando Reis Mascarenhas, Carlos Manuel Rodrigues Carneiro, Telma de Fátima Atalão Roma, Francisco José Correia, Maria Inês Falcão, Adalberto do Nascimento Fernandes, Susana Alexandra Esteves Viana, Manuel Alberto Rodrigues, Manuel Alberto Moraes Brás, Carlos Alberto Camelo, Maria Inácia Rosa, João Manuel Gradíssimo Rocha, Carla Margarida Palhau, Jacinta Lúcia Catarino Lopes, Jorge Elias Venceslau Artilheiro, Carlos Alberto Souto Pedro, Fernando Humberto Gomes, António Joaquim de Araújo Oliveira, Humberto José Trovisco, Luís Carlos Teixeira Rodrigues, Armando Luís Fernandes Carrazedo, José António Génio, José Manuel Fernandes, Eduardo João Martins Pereira, Manuel André Pires Moraes, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, Cláudia Sofia

Quirino Chamusca, Isilda da Conceição Honrado, Leonardo do Nascimento Morais Vila Franca, Armindo Caseiro Cepeda, Edgar Manuel Rodrigues Fragoso, Ramiro Borges Valadar, José Libório Ramalho, Marco Aurélio Pinto Ferreira, Gilberto Amadeu Pires, Inácio de Jesus Roma, António Sérgio da Silva Botelho, Helena Isabel Basaloco Sapage, Rui Manuel Cosme Santos, Manuel António de Sá Mico, Maria Delfina Guiomar Sarmento, Manuel António Pinto dos Santos, António Miguel Vinhas Romão, Carlos Alberto Brás Cabanas Justo, David da Silva Martins, João Manuel Rodrigues Alves e Jorge Orlando Pires Asseiro.-----

----- Verificou-se a falta da Presidente da Junta de Freguesia de Olmos.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento de toda a correspondência recebida até esta data na Assembleia Municipal, colocando-a à disposição de quem a pretendesse consultar. -----

-----De seguida, indagou os presentes, no sentido de alguém querer intervir relativamente, à ata da sessão ordinária do dia vinte e nove de fevereiro de dois mil e dezasseis. Não havendo quem pretendesse usar da palavra, esta foi, posteriormente posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com cinquenta e seis votos a favor e quatro abstenções, de Deputados Municipais que não estiveram presentes na reunião a que esta ata se refere. -----

----- Prosseguiu **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, inquirindo os presentes acerca da possibilidade do ponto dois ponto um, da ordem do dia, e por uma questão de logística e funcionalidade, ser apresentado de imediato. A esta solicitação ninguém se opôs tendo-se assim passado à apresentação do referido ponto. -----

----- **PONTO DOIS PONTO UM – APRESENTAÇÃO DA RESERVA DA BIOSFERA TRANSFRONTEIRIÇA MESETA IBÉRICA (A RBT – MESETA IBÉRICA É A 15.ª RESERVA DA BIOSFERA TRANSFRONTEIRIÇA NO MUNDO E SUA GESTÃO ESTÁ A CARGO DO AGRUPAMENTO EUROPEU DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL ZASNET)**-----

----- Esteve presente a **Sr.ª Eng.ª Joana Branco**, Coordenadora para o Território Português da Reserva da Biosfera Transfronteiriça para a Meseta Ibérica, que fez a seguinte intervenção: " Em primeiro lugar pretendo agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal por ter facilitado o agendamento desta presença aqui, hoje, e também ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal por permitir esta sua intervenção. De seguida exibiu um vídeo que explica o que é o conceito "Biosfera".-----

----- O que é uma Reserva da Biosfera? São Territórios destinados à promoção do desenvolvimento socioeconómico sustentável, são locais apropriados para o desenvolvimento e aplicação de conhecimentos científicos sempre vocacionados para o desenvolvimento socioeconómico do território sustentável. À semelhança do Geoparque Terras de Cavaleiros a UNESCO tem vários programas e este da Reserva da Biosfera é denominado "O Homem e a Biosfera", ou seja têm dois pilares neste programa, o homem e a Biosfera. E ao contrário do que se possa pensar uma Reserva da Biosfera não é mais um Parque, não é uma reserva natural, não é legislação, não é restrições ao uso do território normal. Uma Reserva da Biosfera não aumenta as restrições, é uma classificação da UNESCO à semelhança do Geoparque porque como sabem a legislação alocada ao uso dos territórios é imposta pelos Governos,



neste caso é uma classificação, é uma marca de qualidade do território. As Reservas da Biosfera não podem ser criadas contra a vontade das populações e na altura da Candidatura foram auscultadas todos os representantes da população, que em Portugal foram os Presidentes das Câmaras Municipais. As Reservas da Biosfera não custam dinheiro, nem à população, nem aos Municípios, nem às autoridades é apenas, e só, um selo de qualidade que a UNESCO dá a um território. A Reserva da Biosfera é também o património natural (as pessoas) e também o património cultural edificado e cultural etnográfico (a cultura das populações). Nesta Reserva da Biosfera Transfronteira Meseta Ibérica têm 5 parques naturais com o recentemente criado parque natural regional do Vale do Tua, têm ainda uma reserva natural privada da Fala Brava no Município de Figueira de Castelo Rodrigo e outros vários espaços naturais, a Rede Natura 2000 como é a paisagem protegida da Albufeira do Azibo.

As Reservas da Biosfera são locais destinados a práticas inovadoras para a gestão conjunta dos espaços dos valores naturais e das atividades do homem, abordado sempre como pilar e no centro das atividades. São instrumento também para o desenvolvimento de projetos para a mitigação das alterações climáticas, para a conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento. Promover a função do sequestro de carbono a partir das atividades agrícolas e florestais, sendo este um projeto muito ambicioso que a ZASNET em e que é exequível.

O que nos distingue? Somos a 15.^a Reserva da Biosfera a nível mundial. No Universo da atual conjuntura são 669 Reservas da Biosfera espalhadas pelo Mundo e só 16 são Transfronteiras, e isto mostra um pouco a dificuldade que é criar uma Reserva da Biosfera Transfronteira. Mas, é isso que nos distingue, nós fomos a 15.^a no mundo. A Entidade Gestora desta Reserva da Biosfera é um AECT (Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial) que tem uma larga história de cooperação. O ZASNET teve origem nas Comunidades de trabalho Bragança/Zamora e Salamanca/Beira Interior e já tem portanto uma larga história de cooperação transfronteira e em 2010 foi constituído como Agrupamento Europeu. Têm portanto uma larga história de cooperação que os demarca de todas as outras Reservas da Biosfera do Mundo inteiro. Ainda assim são a maior reserva da Biosfera Transfronteira da Europa e têm 5 Parques Naturais. A UTAD em 2014 fez um estudo dos impactos económicos que pode trazer uma Reserva da Biosfera e chegou às seguintes cinco conclusões: - trouxe turismo e visitantes, aumentou o número de ocupação de camas, aumentou o número de empregos criados pelo turismo, designadamente na hotelaria e no comércio e melhorou as acessibilidades. Aquilo que lhes diziam que era uma dificuldade pela dimensão que é a nossa Reserva da Biosfera e por ter mais de um milhão de hectares, achamos que é uma oportunidade pelo modelo de governança que temos, que nos traz escala e impacto a nível mundial e a prova disso é que tivemos há um mês o 4.º Congresso das Reservas da Biosfera Mundiais no Perú e a nossa Reserva da Biosfera foi abordada lá, como um caso de estudo.

O Órgão de Gestão é a Assembleia Geral do ZASNET, têm um gestor da Reserva da

Biosfera que é a Dr.ª Helena Videira, um Coordenador para o Território Português, eu própria e um Coordenador para o Território Espanhol, a Dr.ª Iria Romero. Ainda em fase de candidatura criaram um Plano de Ação dividido em cinco eixos estruturais: - o primeiro para promover a economia da conservação da natureza e do carbono; - o segundo das energias renováveis; - o terceiro a economia da cultura e do turismo; - o quarto para a promoção da formação profissional sempre orientada para os objetivos da Reserva da Biosfera e o quinto para a promoção da participação. O ZASNET com o seu modelo de governança quer começar de baixo para cima, ou seja, quer que seja a população a dizer o que acha importante desenvolver no seu território.-----

----- Neste Órgão participativo traçaram uma linha que prevê que qualquer representante da sociedade civil pode integrar este Órgão. Têm os GAL (Grupos de Ação Local), dos quatro semiterritórios (Salamanca, Zamora, Terra Quente e Terra Fria). Pretendem que participem neste órgão participativo as Associações ambientalistas, ecologistas, caçadores, pescadores, o setor turístico e serviços, os sindicatos agrários, o sistema científico e tecnológico e ainda toda a sociedade civil, pois qualquer um dos presentes ou até mesmo esta Assembleia Municipal pode e deve integrar este Órgão Participativo, basta fazer-lhes chegar essa intenção.-----

----- As funções da Reserva da Biosfera são três: - a conservação da natureza e a biodiversidade; - o desenvolvimento económico e social e o apoio logístico.-----

----- As competências deste Órgão Participativo é propor ao Grupo de Gestão ações específicas que considerem importantes para o seu território.-----

----- O ZASNET está já há algum tempo em fase de registo da marca e neste momento já ninguém pode usar o logotipo da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica sem a sua permissão e querem também que esta marca seja um valor acrescentado aos produtos e serviços que existem neste território. Neste momento há já empresas a utilizar este logotipo e que criaram já serviços, produtos turísticos e rotas da Reserva da Biosfera. Têm já Municípios, Juntas de Freguesia e Associações a utilizá-lo. Estão também a promover esta Reserva da Biosfera em Feiras Internacionais de Turismo, estão a fazer sessões de esclarecimento à população, como é hoje o caso a esta Assembleia e às Juntas de Freguesia, presentes.-----

----- Neste momento a Reserva da Biosfera tem quatro projetos em processo de candidatura ao INTERREG 5A e 5B, no sentido de por em prática este Plano de Ação. Têm o projeto Meseta Ibérica, o Cidadania ZASNET, o Rede BIOSUDUE e o Destino Fronteira. Em traços gerais com estes quatro projetos queremos desenvolver já a promoção turística de produtos e serviços da Reserva da Biosfera e a participação cidadã. Estes quatro projetos são distintos mas em traços gerais são estes dois pontos que vamos trabalhar.-----

----- A importância e a utilidade da Reserva da Biosfera é a classificação do território, são regiões piloto para o desenvolvimento sustentável dos territórios. Em ações focadas para a adaptação das alterações climáticas, para a conservação da biodiversidade tirando sempre partido das suas características naturais e socioeconómicas, nunca se esquecendo do que é a característica do território e das pessoas que lá habitam. Esta marca de qualidade da UNESCO é global e internacional e por isso têm muito a ganhar com ela. Estão a falar de dois países, de



forças comuns a remar para o mesmo sentido. O ZASNET aprovou a 1 de janeiro o regulamento de utilização da marca, este não é um processo burocrático, antes pelo contrário, é muito simples sobretudo para as Autarquias Locais (Câmaras, Assembleias e Juntas de Freguesia) basta dizerem que querem utilizar a marca. Terminei agradecendo esta oportunidade e fico disponível para qualquer esclarecimento que pretendam."-----

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, agradeceu a presença da Eng.^a Joana Branco e perguntou aos presentes se alguém pretendia usar da palavra para solicitar algum esclarecimento. Não havendo agradeceu novamente a disponibilidade e deseja que se concretizem os objetivos pois certamente o território ficará a ganhar.-----

----- **PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- (Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro) -----

----- **Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

----- **JOÃO MANUEL GRADISSIMO ROCHA (PS)** – Começou a sua intervenção felicitando o Sr. Presidente da Assembleia Municipal pela forma como decorreram as comemorações do 25 de abril, naquilo que diz respeito à visita que fizeram a parte do território do concelho que demonstrou que têm bastante património cultural construído e outro natural que precisam de preservar e manter a par de toda essa beleza natural, foi proporcionada a viagem a quem pretendeu participar. No seguimento disto aconteceu uma situação que entendo ser pertinente mencionar e que está relacionada com a utilização de meios de transporte municipais para acompanhar a visita fora daquilo que estava programado e que não é mais do que a utilização de uma viatura da Câmara Municipal conduzida pelo Sr. Vice-Presidente que transportou não só a ele, mas também outros membros desta Assembleia Municipal não tendo os mesmos utilizado o meio de transporte disponibilizado pela Assembleia Municipal. Dado que vivemos um período de algumas dificuldades financeiras, não havendo dinheiro para certas coisas, este tipo de situações a ocorrerem de uma forma sistemática, ou seja a utilização de meios municipais para os mais diversos fins pensa que é legítimo que a Assembleia Municipal enquanto Entidade fiscalizadora das atividades do Órgão Executivo, gostaria que o Sr. Presidente da Assembleia averiguasse o porquê da referida utilização porque não fez mais do que acompanhar o percurso que o autocarro fez.-----

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** respondeu de imediato ao Deputado Municipal, João Rocha, dizendo que foi do seu conhecimento que o Sr. Vice-Presidente da Câmara tinha nesse dia agendada uma reunião em Lisboa e depois de ter assistido à cerimónia do hastear das bandeiras e dos discursos só podia acompanhar a visita até uma determinada hora e foi o que aconteceu tendo-se ausentado mais cedo. Está de acordo que os seus acompanhantes, eventualmente, poderiam ter utilizado o meio de transporte disponibilizado mas, tanto quanto sabe, essas pessoas tinham também alguns problemas em termos de disponibilidade, para a tarde desse dia.-----

----- **CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD)** – Relativamente ao Balcão virtual – disponível no Portal do Município de Macedo de Cavaleiros (Website) e uma 1- App (Aplicação) Macedo Mexe, que além de estar disponível neste balcão virtual, está também

disponível para os Apple, (iphone's) e telemóveis Android. Esta aplicação que quanto a ele se revela de extrema utilidade porque de uma forma simples e amigável permite ao cidadão reportar os pequenos problemas que muitas vezes os incomodam e que normalmente têm tendência para criticar ou então simplesmente ignorar como é o caso de um simples buraco no passeio, a falta de iluminação numa artéria da cidade ou qualquer uma outra anomalia nos serviços públicos. Todos sabemos que 4 olhos vêem mais do que 2 e assim sucessivamente, então façamos cada um de nós o trabalho e desta forma simples reportarmos esse problema, essa avaria ou algo que nos incomode, em vez se calhar de irmos comentar e criticar algo que está mal, podem agora aproveitar esta aplicação para todos fazerem um trabalho de responsabilidade de cidadania que lhes é exigido.-----

----- Esta aplicação permite ainda que o seu participante acompanhe a sua resolução, ou não, ou pelo menos saber se a sua participação foi acolhida se não foi e se o problema se encontra solucionado ou não. Para quem não conhece, convida ou a visitar o balcão virtual, ou então a descarrega-la no telemóvel que é extremamente simples e rápido e permite de uma forma muito intuitiva ser utilizada. Também neste balcão virtual existe um outro acesso novo que tem a ver com a Leitura de águas e que permite de forma rápida e ágil comunicar a leitura de água para o respetivo serviço, constituindo mais um passo no sentido da inovação e dos serviços disponibilizados aos cidadãos.-----

----- Congratula-se também, pelo lançamento do programa de Bolsas de Estudo para o ensino superior. Trata-se de um programa que visa apoiar alunos matriculados no ensino superior e que a par de outros, que temos vindo a assistir, como a redução das taxas do IMI, da devolução de parte do IRS e da distribuição gratuita de manuais escolares, a atribuição das bolsas de estudo a alunos do ensino superior, é mais um dos compromissos assumidos com os municípios, que se vê agora assim alcançado. É de realçar que além do acesso ao formulário para candidatura em PDF, o candidato teve a possibilidade de efetuar a candidatura online, através do Balcão virtual, igualmente de forma fácil e intuitiva. Assim, considerando que o valor de 10.000,00 € previsto para este ano é ainda muito reduzido, face às mais de trinta candidaturas que deram entrada, lanço o repto à Câmara Municipal para que à medida da sua capacidade financeira, reforce as verbas a atribuir nos próximos anos a este programa de modo a permitir que um número mais alargado de candidatos seja apoiado.-----

----- **PEDRO FERNANDO REIS MASCARENHAS (PS)** – Disse que viu hoje no facebook da rádio onda livre que citava o Sr. Presidente da Comissão Política do PSD de Macedo de Cavaleiros a dizer que "...já é tempo de olhar para o interior de forma séria...". Referiu que está plenamente de acordo. Mas há já muito tempo que é necessário olhar para o interior de forma séria e já no tempo do Governo PSD era tempo de olhar para o interior de forma séria. Lembra que já houve Governos que olharam para o interior de forma séria e houve Governos Socialista que olharam para o Interior e tiveram a preocupação de construir a A4, o IP2, o IC5, o túnel do Marão, puseram também a concurso e construíram barragens, eólicas, colocaram cá também o Helicóptero do INEM e evitaram que ele de cá saísse mesmo com a vontade e com a força que o Sr. Deputado Adão Silva fez para que de cá saísse. Todas estas infraestruturas são



instrumentos poderosos para que os transmontanos olhem para a sua Região de forma séria e os possam utilizar para que ela se desenvolva. Convém também recordar que em tempos de crise, esta demorou um pouco mais a chegar a esta região por causa das obras que atrás mencionou que enquanto decorriam fizeram com que aqui ficassem milhões de euros e os concelhos do Interior sentiram isso nos restaurantes, nas gasoleiras e nos hotéis, em suma refletiu-se em toda a economia da Região. Com isto é legítimo dizer que já houve efetivamente quem olhasse para esta Região de forma séria e já é tempo também de fazerem política de forma séria e em nome dos interesses da nossa Região e não dos interesses partidários.-----

----- Outra questão tem a ver com um assunto que foi aprovado na reunião da Assembleia Municipal do mês de fevereiro, referente ao Regulamento de atribuições e distinções honoríficas no Dia do Município. Este assunto foi presente, apreciado e aprovado por unanimidade pela Assembleia Municipal. Foi antes discutidos pela Comissão Permanente, onde esteve presente numa das reuniões, em substituição da camarada de bancada, Celina Martins, e quanto ao conteúdo do Regulamento era do seu conhecimento e aprovaram-no, no entanto têm uma dúvida quanto à base legal deste Regulamento, enquanto Regulamento. Ou seja, a Comissão Permanente elaborou o Regulamento, foi presente na reunião da Assembleia que o aprovou mas, fica-lhe a dúvida se o Regulamento foi aprovado enquanto conteúdo e teor do regulamento e se ele é eficaz, legal e pode ser aplicado? Sendo este um Regulamento que não é interno é sim de eficácia externa pois estão a lidar com pessoas que não pertencem nem à Câmara, nem à Assembleia, não precisaria de discussão pública? Indo este Regulamento dar origem a despesas, estas não carecem de uma base legal para serem justificadas? Pediu ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para que na próxima reunião da Comissão Permanente apresente a fundamentação legal desta situação que nos tranquilize.-----

----- **ANA RITA SIMÃO RODRIGUES (PSD)** – Fez a intervenção que se transcreve: " Por mais um ano consecutivo o nosso Azibo foi novamente premiado, a Praia Fluvial da Fraga da Pegada recebeu o 2.º lugar do prémio de praia mais acessível pelas exemplares condições proporcionadas a pessoas portadoras de deficiências. A praia tem bandeira azul há vários anos e está equipada com postos de socorro adaptados, vigilantes permanentes, painéis informativos adaptados a pessoas invisuais, casas de banho adaptadas, banhos acompanhados bem como estacionamento próprio. Esta distinção foi da responsabilidade do Instituto Nacional para a Reabilitação da Agência Portuguesa do Ambiente e do Turismo de Portugal. Outra boa nova para a Cidade foram as jornadas das medicinas integrativas que decorreram no dia 02 de abril realizadas no Campus Académico de Macedo e que atraiu um número significativo de público. A realização destas jornadas foi uma oportunidade para a região sendo partilhado conhecimento e experiências da área da osteopatia, da homeopatia, naturopatia, fitoterapia e acupuntura, algumas das medicinas complementares. Este evento representa uma nova oportunidade para o Campus, depois de inúmeras negociações entre o Instituto e o Município, esta parceria poderá vingar e esperemos que estas jornadas fortifiquem a ideia dada pela Presidente do Campus em criar um centro de atendimento clínico. Segundo a Presidente do Campus vai ser criado um centro conjuntamente com o Instituto de Ciências

Biomédicas, Abel Salazar e o Município de Macedo de Cavaleiros. Este Centro irá incidir mais na medicina tradicional chinesa e será uma forma de dinamizar/movimentar e até rentabilizar o espaço da própria Cidade. O Centro estará direcionado para licenciados especialmente em fisioterapia e enfermagem bem como todas as áreas ligadas à saúde. Enumero as comunicações apresentadas pelos convidados que foi muito vocacionada na parte da medicina tradicional chinesa, o estado bio vegetativo e funcional em várias patologias segundo a medicina tradicional chinesa apresentando estudos científicos de abordagens terapêuticas; - a comparação de duas estratégias de acupuntura nos movimentos peristálticos do estomago; - os efeitos da acupuntura na doença esclerose múltipla; - os efeitos kingong em fases de ansiedade; - os efeitos kingong e da acupuntura no tratamento de patologias oncológicas; - o efeito da acupuntura na fadiga muscular dos atletas; - os efeitos do kingong e da acupuntura na promoção do equilíbrio em idosos; - o efeito do kingong e da auriculo terapia no tratamento da obesidade e para além destas houve também comunicações que foram realizadas através de workshops, através da terapia da dor e da imobilidade, alguns exercícios de kingong e no fim os participantes também puderam estar em contacto com as várias terapias. A nossa bancada fica expectante que se venha a concretizar este Centro Clínico.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, começou por dizer ao **Deputado Municipal, João Rocha**, que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal já lhe respondeu e explicou exatamente aquilo que se passou relativamente à utilização da viatura do Município, no dia 25 de abril. Prosseguiu dizendo que o **Deputado Municipal, Carlos Carneiro**, fez na sua intervenção uma elencagem a três novas aplicações que a Câmara colocou ao dispor dos municípios. Informou que a Câmara de Macedo pertence a um Grupo da Associação Nacional de Municípios Portugueses na Rede das Cidades Inteligentes e por isso têm de se atualizar e apela a todas para que façam uso desta aplicação porque este é um ato de cidadania para todos. Relativamente ao balcão virtual, esta é uma novidade também para Macedo e que consiste em terem os serviços disponíveis online para quem, estando no conforto do seu lar, poder dar os seus contributos à Câmara Municipal. Quanto às bolsas de estudo disse que aceita a sugestão do Deputado Municipal, no sentido de logo que possível possam ter uma rubrica mais substancial para este efeito.-----

----- **A Deputada Municipal, Rita Rodrigues**, fez referência às Jornadas de Medicinas Integrativas que decorreram em Macedo e espera que o Piaget segure esta ideia porque seria bom para a região uma vez que hoje em dia muita gente procura estas medicinas não convencionais.-----

----- **Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra:**-----

----- **EDGAR MANUEL RODRIGUES FRAGOSO (PSD)** – A sua intervenção vem no seguimento da do Sr. Deputado Municipal, João Rocha, e pelo simples facto de ele ser um dos ocupantes da viatura conduzida pelo Sr. Vice-presidente no dia 25 de abril. Dizer-lhe que isso



aconteceu pelo simples motivo de ter assuntos da Junta de Freguesia para tratar nessa mesma tarde que tinham a ver com o cemitério de Travanca e com muita pena sua não teve oportunidade de ficar até ao fim. Quanto à intervenção do Deputado Municipal, Pedro Mascarenhas, disse que não é altura de estarem a medir qual dos Governos fez mais e qual fez menos pelo Distrito ou pelo concelho pois se recuarem no tempo terão também de questionar quem fez o Hospital, o Centro de Saúde, a Barragem do Azibo, entre outras coisas.-

----- **CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD)** - Fez a seguinte intervenção: " Este assunto tem a ver com a interpelação da Comissão de Saúde da Assembleia Municipal ao Ministro da Saúde em (18/01/2016) em que nesta missiva a Comissão de Saúde deu a conhecer ao Senhor Ministro, a atividade dos últimos 10 anos e os anseios da nossa população quanto aos cuidados de saúde. A Comissão de Saúde fez uma cuidada abordagem à evolução da prestação dos serviços de saúde às populações do distrito de bragança. Tendo a referida missiva culminado com quatro pedidos essenciais dirigidos ao Senhor Ministro da Saúde, a saber: - Reativar o serviço de análises clínicas durante o fim-de-semana; - Melhorar a cobertura ao nível da medicina interna, mantendo o número de camas de internamento em número adequado; - Recriar a Unidade de Convalescença de curta duração, que existiu até ao final de 2014; - Melhorar o apoio aos doentes oncológicos acompanhados em Macedo de Cavaleiros. Esta carta deu origem a uma missiva (3/02/2016) dirigida pelo Deputado Jorge Machado do PCP ao Senhor Ministro da Saúde, cujo assunto é a degradação dos cuidados prestados na SUB de Macedo de Cavaleiros. Tendo deixado outras 4 perguntas, a saber: 1 – Tem o Ministério da Saúde conhecimento desta realidade? 2 – Considera, tendo em conta as necessidades dos utentes, o investimento realizado (cerca de 2 milhões de euros) em 2009 e as excelentes condições das instalações, reativar a Unidade de Convalescença em Macedo de Cavaleiros? 3 – Estão a ser consideradas ou já foram tomadas medidas para responder à falta de médicos na Unidade Local de Saúde do Nordeste, nomeadamente na especialidade de medicina interna e no apoio a doentes oncológicos? 4 – Tendo em conta a contínua retirada de valências e degradação da Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros, tendo em conta as legítimas preocupações e dúvidas dos trabalhadores e da população sobre a perspetiva de encerramento do Serviço de Urgência Básica de Macedo de Cavaleiros, que medidas vai este Ministério tomar para inverter este caminho?-----

-----Volvidos que são cerca de 3 meses, desconheço que até à data tenha existido qualquer resposta às questões colocadas ao Senhor Ministro da Saúde, urge assim perceber, se o Senhor Ministro ignora os problemas das nossas populações, ou se por outro lado ignora esta Assembleia e as questões que a mesma legitimamente lhe dirige."-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO 2.2 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA c), N.º 2 DO ARTIGO 25.º E N.º 4, DO ARTIGO 35.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO**-----

----- Pelo excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dada uma breve

explicação acerca da atividade escrita sobre a atividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta ata.-----

----- **Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

----- **ADALBERTO DO NASCIMENTO FERNANDES (CDU)** – Referiu que depois de na última Assembleia Municipal ter dado nota do mau estado em que se encontrava a estrada na chamada curva da chouriça, efetivamente ela foi limpa do pedregulho que estava na estrada, no entanto o resto ficou por limpar o que continua a constituir um perigo para os automobilistas especialmente para os que circulam em motorizada. Outra questão tem a ver com o fato de terem sido arvorados no Bairro de S. Francisco de Assis dois apoios de cimento com cerca de 9 metros, entre umas casas para passarem um cabo da MEO e pretendia saber se a Empresa foi autorizada pela Câmara a fazer esse serviço dado que este cenário em nada dignifica o Bairro.-----

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que respondeu ao Deputado Municipal, Adalberto Fernandes dizendo que depois de na última Assembleia Municipal ter abordado a questão da limpeza da terra na denominada Curva da Chouriça providenciou de imediato para que os serviços procedessem à sua limpeza tendo ficado por limpar os freixos o que irão fazer agora. Quanto ao Bairro de S. Francisco disse que desconhece a situação mas vai averiguar com os serviços, nomeadamente saber se solicitaram autorização para colocar os apoios para serviço da MEO.-

----- **PONTO DOIS PONTO TRÊS – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2015, NOS TERMOS DA ALÍNEA I), N.º 2 DO ARTIGO 25.º EM CONJUGAÇÃO COM A ALÍNEA j), N.º 1 DO ARTIGO 35.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO**-----

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dezoito de abril de dois mil e dezasseis, que se transcreve: "*DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2015*-----

----- Presente para apreciação e aprovação o Documento de Prestação de Contas do ano de 2015.-----

----- Relativamente a este Documento o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** referiu que: "*O Relatório de Gestão do Município de Macedo de Cavaleiros é um documento sucinto, descritivo e eminentemente técnico, integrando toda a documentação da prestação de contas referente ao ano de 2015.*-----

----- *Desta forma cumpre-se o preceituado legal para que possa ser exercido o julgamento da atividade municipal pela Assembleia Municipal, pelos eleitores, pelas entidades fiscalizadoras e pelas demais entidades que se relacionam com a Câmara Municipal.*-----

----- *Ao contrário do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, que têm um cariz marcadamente político e de opções políticas de gestão, a prestação de contas é um exercício de sistematização da informação da atividade do município na vertente financeira.*-----

----- *De análise dos documentos, queria referir os dois principais aspetos a reter: "1. As*



taxas de execução da receita e da despesa na ordem dos 85%, que apesar de elevadas, foram prejudicadas em função da não realização do processo de verticalização da água em baixa, e do atraso que se verifica na transferência de verbas inerentes ao final de execução dos projetos cofinanciados. 2. A diminuição da dívida, dando-se cumprimento à estratégia definida de redução do endividamento, que no ano em apreciação se saldou em cerca de 500 mil euros, em relação ao ano anterior.

Com a redução de endividamento acumulado dos últimos anos, e o limite de dívida bruta, constata-se que o Município adquire margem para poder no futuro executar projetos/investimentos que venham a ser cofinanciados por fundos comunitários.

Apesar da estratégia definida de redução do endividamento, que por vezes se revela limitadora da ação, conseguimos durante o ano de 2015, dar continuidade à melhoria das condições de vida das populações e à promoção do município, e implementar projetos de natureza educacional e social.

Queremos que com a maior operacionalização do QREN, e a chegada ao "terreno" dos projetos e candidaturas apresentados aos vários programas, os próximos anos sejam reveladores, de uma maior dinâmica de obras/infraestruturas.

(termino com o mesmo lema do ano anterior) Macedo Mexe, rumo à sustentabilidade económica, social e ambiental".

Relativamente a este documento o Sr. Vereador Rui Manuel Rodrigues Vaz disse que não teve oportunidade de ler o documento porque esteve ausente no fim-de-semana. Deu também conta que não vinha acompanhado do respetivo relatório da entidade certificadora das contas, mas já soube que o mesmo lhes tinha sido enviado esta manhã, por isso não se pronuncia sobre o documento.

O Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto relativamente ao Documento de Prestação de Contas do ano de 2015 disse que é de salientar que pelo segundo ano consecutivo é-lhes apresentado o documento de forma bem elaborada e daí pretenderem registar tal facto e ainda a significativa melhoria no que diz respeito à gestão da dívida apesar de esta se encontrar muito concentrada numa ou duas entidades.

Continuou dizendo que o documento expressa bem aquilo que foi a atividade da Câmara Municipal e as suas opções, traduzida, essencialmente, em despesa corrente, isto é, pagamento de salários, consumíveis e combustíveis, aquisição de bens não se vendo inclusive investimento naquilo que é a manutenção da estrutura, dizendo que "...não se fez mais do que gerir o dia-a-dia", no seguimento, aliás, disse, do que foram as Grandes Opções do Plano do ano transato. De seguida, o Sr. Vereador fez referência à reserva que aparece no Relatório da Certificação sobre a questão do cadastro do património, uma vez que os Senhores Relatores escreveram o mesmo do ano passado, sendo que gostaria de saber o que é que foi feito durante este último ano sobre esta matéria, dado que esta omissão distorce por completo o balanço do Município, fragilizando os seus ativos.

Terminou dizendo que para além da declaração apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara, esperavam mais esclarecimentos sobre as opções tomadas, manifestando que o

sentido de voto dos Vereadores do Partido Socialista no Documento de Prestação de Contas do ano de 2015 é de abstenção e que vão apresentar uma declaração de voto.-----

----- **O Sr. Vice-Presidente da Câmara** disse que há aqui algumas incoerências, referindo que, ainda agora foram acusados de estarem a fazer publicidade a ações do Município. Neste mandato têm como opção a componente social dito pelo Sr. Presidente em campanha eleitoral, e hoje a maior obra são as pessoas e os recursos humanos. Foi isto que foi assumido em campanha eleitoral, e é isto que estão a cumprir. Mais disse que gostariam de cumprir mais, se tivessem mais recursos, então, seriam feitas outras com maior evidência. A questão é que não pretendem angariar receita para o Município, mas sim abdicar de uma parte dessa receita em prol da população, como exemplo disso temos o IMI à taxa mínima, IMI familiar e a diminuição do IRS. Esta foi a opção que traçaram, não da grande obra, mas sim de transferências financeiras e aumento de poder de compra da população. Também estão a preparar o Município com projetos para futuras candidaturas que venham a existir.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após concluída a apreciação e discussão dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2015 elaborados de acordo com o POCAL e a Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, procedeu-se à votação dos mesmos, sendo aprovados por maioria com três votos a favor do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Carlos Manuel Pinto Barroso e dos Srs. Vereadores Rui Jorge da Silva Costa e José Luís Gonçalves Tomé Afonso e três abstenções dos Srs. Vereadores, Rui Manuel Rodrigues Vaz, Fernando Rui Castanheira Pinto e Maria Manuela dos Santos, traduzindo-se o exercício do ano financeiro de 2015, num resultado líquido de 1.134.970,98€ (um milhão cento e trinta e quatro mil novecentos e setenta Euros e noventa e oito cêntimos), com aplicação de 5% no valor de 56.748,55€ (cinquenta e seis mil setecentos e quarenta e oito Euros e cinquenta e cinco cêntimos) para reforço da conta 57 (reservas legais) e de 95% no valor de 1.078.222,43€ (um milhão setenta e oito mil duzentos e vinte e dois Euros e quarenta e três cêntimos) para a conta 59 (resultados transitados). Toda a documentação encontra-se devidamente arquivada, encontra-se disponível para consulta, quando para tal for solicitado.-----

----- Mais foi deliberado remeter os Documentos de Prestação de Contas à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação nos termos do disposto na alínea l), n.º 2 do art.º 25.º, conjugado com a alínea j), n.º 1 do art.º 35.º, ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

----- **Os Srs. Vereadores Rui Manuel Rodrigues Vaz, Fernando Rui Castanheira Pinto e Maria Manuela dos Santos**, fizeram a Declaração de Voto que a seguir se transcreve: *“Com base na análise possível ao documento de prestação de contas relativas ao exercício de 2015, bem como ao documento relativo à certificação legal de contas apraz-nos registar alguns aspetos, desde logo: 1. Como aspetos positivos: Como já vem sendo habitual, apresenta-se como um documento bem estruturado; Sendo o segundo ano em que as contas são auditadas e certificadas por revisor oficial de contas; A redução da dívida, que embora ténue, e apesar de a mesma ser da responsabilidade de executivos dos quais faziam parte o atual presidente da câmara e vice-presidente, é mais uma vez notada, e por isso é de registar que para que tal*



aconteça é à custa do não investimento. 2. Como aspetos negativos: Não se compreende que o Município continue sem ter um cadastro do imobilizado real. Pelo terceiro ano consecutivo esta "Reserva" é colocada pelos Revisores Oficiais de Contas. Desta forma o Balanço do Município e conseqüentemente os seus ativos poderão estar substancialmente mal quantificados. Regista-se ainda o facto de cerca de 50% da dívida estar concentrada numa única entidade e referente à aquisição de água e tratamento de efluentes domésticos. Apesar de estarmos perante um documento técnico de execução orçamental e financeira com a sua especificidade, cuja elaboração técnica não pomos em causa, o facto de este enfermar de reservas recorrentes por parte da Certificação Legal das Contas por falta de um cadastro de imobilizado real, leva-nos a abster-nos na sua votação".

----- **Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

----- **CARLOS ALBERTO CAMELO (PS)** – Na qualidade de Coordenador da Comissão de Desenvolvimento Económico informou que a mesma não teve oportunidade de reunir com vista à análise do Documento de Prestação de Contas, tendo em conta que lhes chegaram tardiamente. Aproveitou a oportunidade para solicitar que no futuro este tipo de documentos lhes sejam enviados com mais antecedência para poderem reunir e assim a respetiva Comissão analisá-los. Neste caso os Documentos refletem uma atividade da Câmara Municipal, ou seja um relato daquilo que foi a atividade da Autarquia relativamente ao ano de 2015. Contudo, depois de ler o Documento de Prestação de Contas pretende deixar uma nota no que diz respeito àquilo que foram as conclusões dos Revisores, à semelhança do ano anterior, em relação à questão do cadastro do imobilizado. Sabe que esta é uma tarefa um pouco difícil mas já no ano passado foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara que iriam implementar para não serem novamente chamados à atenção por parte dos revisores, o que acabou por não se verificar.

----- **MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Relativamente à análise ao documento elaborado de acordo com o POCAL e a Lei, não tem nada a dizer, no entanto, no mesmo é feita uma referência em função da normalização do processo de verticalização das águas e questiona como é que a Câmara está a pensar resolver este problema? Disse que no Documento de Prestação de Contas no relatório referente à dívida às Águas aparece o valor de oito milhões de euros. Perguntou se as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro passaram para as Águas de Portugal, S.A., pois o valor é o mesmo. No que à Feira de S. Pedro diz respeito o valor é de 233 mil euros e pretendia saber se neste valor já está tudo incluído. Comparou ainda os 89 mil euros gastos na Feira da Caça e Turismo, que é já uma referência em Macedo de Cavaleiros e os 233 mil gastos na Feira de S. Pedro que é um valor muito considerável.

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, que respondeu ao Deputado Municipal, **Carlos Camelo** que as Contas apresentadas são as que refletem o ano de 2015 e que a nota dos Revisores foi a mesma do ano anterior ou seja a do cadastro real. Deu conhecimento que quando chegou pela primeira vez à Câmara no ano de 2002 e nessa altura não existia nada registado nem mesmo o edifício da Autarquia e tem sido um trabalho que tem vindo a ser feito gradual e sucessivamente e

espera que já no próximo ano deixe de existir essa nota de falta por parte dos Revisores.-----

----- Ao Deputado Municipal, **Manuel Mico** informou que as Águas de Trás-os-Montes pertencem agora às Águas do Norte que é composta por cinco Agrupamentos de Águas, existindo ainda uma grande nuvem e ainda não sabem bem como resolver a situação. É verdade que todos os anos têm este défice e está a acumular-se mas, o novo Ministro já disse que cada um pode ser um sistema autónomo desde que tenha mais de vinte mil habitantes, o que à partida está fora de questão para Macedo a não ser que se junte a outro concelho vizinho e estão já a fazer um estudo no âmbito da Comunidade Intermunicipal sobre a possibilidade de os nove Municípios fazerem um sistema autónomo e depois terão de decidir a qual vão aderir.-----

----- Relativamente às Festas e Feira de S. Pedro informou que nesse montante está tudo incluído, quer toda a receita quer toda a despesa desta atividade. Quanto à comparação que fez com a Feira da Caça disse que são dois eventos completamente diferentes até no número de atividades não se podendo fazer tão linearmente esta comparação.-----

----- **DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Assembleia Municipal, por maioria com 46 votos a favor e 14 abstenções, deliberou aprovar os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2015, que aqui se dão como integralmente transcritos, ficando cópias dos mesmos, devidamente arquivados na pasta correspondente a esta reunião.**-----

----- Antes de concluir os trabalhos o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** relativamente ao programa das comemorações do passado dia 25 de abril, foram do seu ponto de vista e pode concluir após as intervenções nesta Assembleia, que foi um programa interessante pois tiveram no dia 24 de abril o auditório do Centro Cultural completamente cheio para assistir ao espetáculo de música e declamação de poemas por parte de alunos do Agrupamento de Escolas, alusivos ao tema e no dia 25 de abril tiveram o hastear das bandeiras e respetivas cerimónias no Jardim Municipal. Seguiu-se a visita já aqui referida nesta Assembleia Municipal e lembrou a todos que estiveram em Lamalonga e Vilarinho de Agrochão a visitar património e não há dúvida alguma que todos enriqueceram com o que aprenderam e visitaram, pois ficaram a conhecer o património que é de todos e ficaram a saber o contexto em que as coisas acontecem. Não menos interessante foi a visita às Minas de Murçós onde puderam contar com a presença de um antigo mineiro, hoje com 82 anos que lhes mostrou a sua prova de vida, enquanto trabalhador naquelas Minas. Posto isto, é por vezes legítimo interrogarem-se se vale a pena efetivamente fazerem um certo tipo de trabalhos porque depois a adesão não é aquela que esperavam. Teve a oportunidade de no final da tarde do dia 25 de abril dizer que a alguns, porque lho manifestaram, era-lhes mesmo impossível estarem, já outros, ou seja a grande maioria que faltou tem dúvidas, pois com um pouco de esforço poderiam ter estado presentes e serem corresponsáveis com o que têm de ser. Será pois de equacionar se de facto vale a pena porque há coisas que são visíveis e num dia que marcou a democracia.-----

----- **APROVAÇÕES EM MINUTA**-----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta o ponto dois ponto três.-----



----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Conforme estipula o número um do artigo quadragésimo nono do Anexo I à Lei número 75/2013, de doze de Setembro, o Excelentíssimo **Senhor Presidente da Assembleia**, perguntou se havia alguém no público que quisesse neste momento intervir.-----

----- Ninguém pretendeu usar da palavra:-----

----- Eram vinte e três horas e não havendo mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Excelentíssimos **Presidente, primeiro e segundo Secretários**.-----
